

CONTRATO Nº 4778/2023-SEFA

PROTOCOLO nº 20.700.096-5

TERMO DE CONTRATO

CONTRATO nº 4778/2023-SEFA

CONTRATO QUE FIRMAM ENTRE SI O ESTADO DO PARANÁ, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA, E A IUNEX SOLUÇÕES LTDA, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO RELACIONADOS AO SISTEMA DE GESTÃO DE PORTFÓLIO E PROJETOS (SGPP): INCLUSO A MIGRAÇÃO DA SOLUÇÃO SHAREPOINT/PROJECT SERVER 2019 PARA AMBIENTE MICROSOFT 365

Por este instrumento particular, que entre si fazem, de um lado o **ESTADO DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA – SEFA**, órgão da Administração Pública Direta do Poder Executivo Estadual, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.416.890/0001-89, com sede na Av. Vicente Machado, nº 445, Centro, CEP: 80420-902 – Curitiba/PR, representado neste ato pela sua Diretora-Geral, Sra. **MARCIA CRISTINA REBONATO DO VALLE**, RG nº 4.143.260-8, expedida pela SESP/PR, e CPF nº 768.234.079-72, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro a **IUNEX SOLUÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.476.967/0001-59, situada à Av. Professor Mário Werneck, 26, 8º Andar, bairro Estoril, CEP: 30455-610 – Belo Horizonte/MG, representada neste ato pelo seu Diretor Executivo, Sr. **MARCO ANTÔNIO IUNES DE OLIVEIRA**, RG nº 10.056.888, expedida pela SSP/MG, e CPF nº 045.055.156-30, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente Termo de Contrato resultante do procedimento administrativo de **SELEÇÃO DIRETA (SD)**, conforme previsto nos parágrafos 3.10 e 3.11, item “a” da GN-2350-15 - Políticas para a seleção e contratação de consultores financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, oriundo do Processo Administrativo SID nº 20.700.096-5, de conformidade com as regras estipuladas no Contrato de Empréstimo nº 4951/OC-BR, celebrado em 30 de setembro de 2020, entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Estado do Paraná, para financiamento do Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Paraná – PROFISCO II PR, com sujeição às normas constantes nas Políticas para a seleção e contratação de empresa especializada, financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, assim como pelas normas ditadas pela Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, pelo Decreto Estadual nº 10086/2022, e conforme as cláusulas e condições seguintes:

CONTRATO Nº 4778/2023-SEFA

PROTOCOLO nº 20.700.096-5

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Prestação de serviços continuados de consultoria em Tecnologia da Informação relacionados ao Sistema de Gestão de Portfólio e Projetos (SGPP): incluso a migração da solução SharePoint/Project server 2019 para ambiente Microsoft 365; a prestação de suporte técnico-operacional à solução de TIC e suas respectivas tecnologias e infraestruturas; além da preparação e execução da transferência de conhecimento serviços continuados de consultoria em Tecnologia da Informação relacionados à solução e-Processo, voltados: ao desenvolvimento da solução; à prestação de suporte técnico-operacional *ad-hoc* à solução de TIC e suas respectivas tecnologias e infraestruturas; além da preparação e execução da transferência de conhecimento, conforme critérios, especificações técnicas, necessidades e prescrições descritas no procedimento administrativo de SELEÇÃO DIRETA (SD) nº 001/2023, do Termo de Referência, da proposta apresentada pela Contratada, e conforme tabela quantitativos estimados abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.	VALOR UND.	VALOR (R\$)
1	Serviço de Migração de Solução SharePoint /Project Server 2019 para ambiente Microsoft 365 na SEFA/PR	Conjunto	1	61% do valor contratado	R\$ 240.054,52
2	Treinamento e transferência de conhecimento	Conjunto	1	7,0% do valor contratado	R\$ 27.547,24
3	Suporte	Semestre	3	R\$ 21% do valor contratado	R\$ 82.641,72 (R\$ 27.547,24 /semestre)
4	Serviços Eventuais	Horas	220	11% do valor contratado	43.288,52 (R\$ 196,77/hora)
					R\$ 393.532,00

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS TRABALHOS E ACEITAÇÃO DO OBJETO

2.1. A Contratada deverá executar os serviços desta contratação nas instalações da Contratante, localizada na Avenida Vicente Machado, nº 445, Centro, Curitiba/PR, CEP 80420-010, em horário comercial, ou remotamente.

2.2. A Contratante poderá promover, a qualquer tempo, diligência para checar a veracidade das informações fornecidas e promover a confrontação quanto ao detalhamento das especificações técnicas exigidas.

2.3. A aceitação será progressiva conforme os critérios de aceitação do objeto descritos no Termo de Referência, especialmente:

CONTRATO Nº 4778/2023-SEFA

PROTOCOLO nº 20.700.096-5

2.3.1. APÊNDICE III – SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO, MIGRAÇÃO, TREINAMENTO E SUPORTE;

2.3.2. APÊNDICE IV – DESCRIÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE PROJETOS E PORTFÓLIO – SGPP.

2.4. Em caso de não conformidade com os quesitos existentes no Termo de Referência, a Contratada terá que resolver os problemas no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do comunicado da Contratante, sem quaisquer ônus à Contratante.

2.5. O aceite pela Contratante não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade de seus componentes, ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência ou atribuídas pela Contratada, verificados posteriormente, garantindo-se à Contratante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.1. Nomear o gestor e o fiscal do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos, conforme o disposto nos arts. 10 e 11 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

3.2. Somente receber o objeto fornecido pela Contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas.

3.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

3.4. Aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, se for o caso, garantindo-se o contraditório e a ampla defesa.

3.5. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

3.6. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à Contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato.

3.7. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pela Contratada, no que couber.

3.8. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

3.9. Definir produtividade e capacidade mínima de fornecimento da solução de Tecnologia da Informação e Comunicação por parte da Contratada, quando couber.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Indicar formalmente preposto apto a representa-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do Contrato, salvo dúvidas de caráter técnico.

4.2. Executar os serviços conforme especificações constantes no Termo de Referência e de sua proposta, com cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios inerentes à execução do objeto do Contrato.

CONTRATO Nº 4778/2023-SEFA

PROTOCOLO nº 20.700.096-5

- 4.3.** Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do Fiscal do contrato, inerentes à execução do objeto contratual.
- 4.4.** Reparar quaisquer danos diretos comprovadamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, limitados ao valor dos serviços causadores do dano em questão.
- 4.5.** Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização da Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária.
- 4.6.** Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de Tecnologia da Informação e Comunicação, os quais deverão fazer o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho, quando for o caso.
- 4.7.** Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante.
- 4.8.** Instruir os trabalhadores que eventualmente executarem os serviços na sede da Contratante quanto à necessidade de conhecer as normas internas da Administração.
- 4.9.** Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.
- 4.10.** Fornecer, sempre que solicitado, relatórios de execução do contrato.
- 4.11.** Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.
- 4.12.** Manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente.
- 4.13.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato, nos termos do contrato e da proposta comercial.
- 4.14.** Ceder os direitos de propriedade intelectual da solução de Tecnologia da Informação e Comunicação sobre os diversos artefatos e produtos produzidos ao longo do contrato, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Contratante, quando couber.
- 4.15.** Respeitar, por meio de colaboradores e prepostos, no que couber, código de ética e outras normas de condutas estabelecidas pela Contratante.
- 4.16.** Respeitar normas, processos e procedimentos internos da Contratante, conforme especificado neste Termo de Referência, no que concerne a Políticas e Metodologias aplicáveis à Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação, Gestão de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, Desenvolvimento e Sustentação de Software e Segurança da Informação.
- 4.17.** Ceder todos os direitos de propriedade intelectual da solução de Tecnologia da Informação e Comunicação sobre os diversos artefatos e produtos produzidos ao longo do contrato, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados 5.
- 4.18.** Cumprir as exigências de reservas de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

CLÁUSULA QUINTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não será admitida a subcontratação, no todo ou em parte, do objeto.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. Conforme previsto no Decreto Estadual 4.505, de 06 de julho de 2016, os serviços bancários relacionados à centralização e ao processamento de pagamentos e repasses a credores e fornecedores, para o recebimento, a Contratada fica condicionada a possuir conta corrente no Banco do Brasil S/A.

6.2. O pagamento será realizado conforme a efetiva entrega do item ou parcela do item, depois de aceitos pela Administração.

6.2.1. Aos pagamentos serão realizados conforme o alcance de marcos de projeto de implantação (cronograma físico – financeiro), depois de aceitos pela Administração, conforme prescrições do APENDICE III – SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO, MIGRAÇÃO, TREINAMENTO E SUPORTE, no prazo de até 30 (trinta) dias, devidamente atestados na (s) nota(s) Fiscal(ais) correspondentes, conforme tabela a seguir:

1	Após Aceite Produto I.P1 Alinhamento e Planejamento, Produto II.P2 Diagnóstico II.P3 Proposta Técnica	15,0% do valor contratado	15%
2	Após Aceite Produto III.P4 Desenvolvimento do Ambiente e Produto III.P5 Homologação Piloto	22,0% do valor contratado	37%
3	Após Aceite Produto III.P6 Migração e III.P7 Homologação da Solução	24,0% do valor contratado.	61%
4	Após Aceite Produto IV.P8 Treinamento	7,0% do valor contratado	68%
5	Após Aceite Produto V.P9 Suporte	21% do valor contratado/semestre	84%
6	Após Aceite Produto VI.P10 OS	11% valor contratado/220h	100%

Tabela 1 – Forma de pagamento

6.2.3. Os pagamentos serão efetuados pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da aceitação dos produtos, devidamente atestados na Nota Fiscal correspondente.

6.2.4. Serão objeto de pagamento apenas os serviços efetivamente utilizados.

6.2.5. Havendo qualquer divergência ou irregularidade nos documentos fiscais estes serão devolvidos ao respectivo emitente para as devidas correções, ficando suspenso o prazo mencionado no subitem anterior até a devolução e aceite do novo documento corrigido.

6.2.6. Sejam verificadas pela Contratante as regularidades fiscal e trabalhista da Contratada.

6.2.7. Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

6.3. O valor total estimado, objeto deste Contrato, é de **R\$ 393.532,00** (trezentos e noventa e três mil, quinhentos e trinta e dois reais).

7. CLAUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE:

7.1. Os serviços contratados, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data da proposta ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados utilizando-se a variação do ICTI – Índice de Custo da Tecnologia da Informação, mantido pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), acumulado em 12 (doze) meses, adotando-se a seguinte fórmula:

Fórmula de cálculo: $Pr = P + (P \times V)$

Onde: Pr=preço reajustado, ou preço novo; P=preço atual (antes do reajuste); V=variação percentual obtida na forma do primeiro item desta cláusula, de modo que $(P \times V)$ significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

7.2. Em caso de ausência ou inaplicabilidade do ICTI – Índice de Custo da Tecnologia da Informação, mantido pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), adotar-se-á o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, mantido pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

7.3. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da Contratada.

7.3.1. A solicitação de reajuste deverá ser acompanhada de demonstrativos detalhados, tais como planilhas e outros elementos de que dispuser, que evidenciem a variação nos custos dos insumos utilizados no contrato, e que compõem o preço do serviço.

7.3.2. O reajuste concedido observará o menor valor apurado, dentre a variação do índice de reajuste contratual acumulado no período e a elevação de custos demonstrada pela Contratada.

7.3.3. Caso a Contratada não solicite tempestivamente o reajuste e prorogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

7.3.4. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

7.4. O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da Contratada, nos termos do primeiro item desta cláusula.

7.5. O percentual final do reajuste não poderá ultrapassar o percentual de reajuste hipotético obtido por meio da adoção do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, mantido pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

7.6. O reajuste será concedido mediante apostilamento, conforme dispõe o art. 108, § 3º, inc. II da Lei Estadual nº 15.608/2007.

7.7. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

7.8. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes desta contratação para o exercício de 2023 correrão à conta da Dotação Orçamentária do Projeto/Atividade **2902.04.123.41.5098**; Fonte **142**; e Elemento de Despesa **3390-40.01**.

CONTRATO Nº 4778/2023-SEFA

PROTOCOLO nº 20.700.096-5

8.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

9. CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

9.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de **18 (dezoito) meses**, contados a partir da publicação do extrato resumido no Diário Oficial do Estado do Paraná, podendo ser prorrogado nos termos dos artigos. 404 a 412 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DOS CASOS DE EXTINÇÃO:

10.1. O presente instrumento poderá ser extinto:

10.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

10.1.2. de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

10.1.3. por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

10.2. No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

10.3. Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa à Contratada.

10.4. A Contratada, desde já, reconhece todos direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

11.1. A Contratada que incorra em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

11.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato celebrado com contratação direta, observando ainda as seguintes variações:

a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;

b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;

c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022.

11.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

CONTRATO Nº 4778/2023-SEFA

PROTOCOLO nº 20.700.096-5

11.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda a Contratada.

11.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

11.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

11.6. O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto nº 10.086, de 2022, e na Lei nº 20.656, de 2021.

11.7. Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e no Decreto nº 10.086, de 2022.

11.8. Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal nº 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

11.9. Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

11.10. As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

12.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, da entrega dos materiais e equipamentos e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o cumprimento do contrato, e serão exercidos por um ou mais servidores da Contratante, especialmente designados por meio de Portaria da SEFA.

12.2. A gestão dos contratos de TIC será exercida por servidor do quadro da Assessoria de Modernização Fazendária – SEFA/AMF, subsidiariamente sendo auxiliado pelo Núcleo de Licitações, Contratos e Convênios – SEFA/NLCC nas atribuições administrativas do Contrato.

12.3. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

12.4. A Contratada deverá indicar um preposto para representá-la junto a Contratante, nos termos do art. 118 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.5. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência.

CONTRATO Nº 4778/2023-SEFA

PROTOCOLO nº 20.700.096-5

12.6. O representante da Contratante deve promover o registro das ocorrências verificadas, via e-mail, para endereço eletrônico: licitacoes-sefa@sefa.pr.gov.br (ou outro meio que venha a ser definido entre as partes) adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

13.1. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do *caput* do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a Contratada será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nos serviços.

13.2. É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação da Contratada com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13.3. As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

13.4. Não será admitida a subcontratação do serviço.

13.5. Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PRÁTICAS PROIBIDAS

14.1. O Banco requer que todos os Mutuários (incluindo beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes, bem como todas as empresas, entidades ou pessoas físicas que estejam apresentando propostas ou participando de atividades financiadas pelo Banco, incluindo, *inter alia*, solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e agentes, quer com atribuições expressas ou implícitas), observem os mais altos padrões éticos, e denunciem ao Banco¹ todos os atos suspeitos de constituir uma Prática Proibida da qual tenha conhecimento ou seja informado, durante o processo de seleção e negociação ou na execução de um contrato. As Práticas Proibidas compreendem atos de: (a) práticas corruptas; (b) práticas fraudulentas; (c) práticas coercitivas; (d) práticas colusivas e (e) práticas obstrutivas. O Banco estabeleceu mecanismos para denúncia de suspeitas de Práticas Proibidas. Qualquer denúncia deverá ser apresentada ao Escritório de Integridade Institucional (EII) do Banco para que se realize a devida investigação. O Banco também estabeleceu procedimentos de sanção para a resolução de casos. Além disso, o Banco celebrou acordos

¹. No site do Banco (www.iadb.org/integrity) pode-se encontrar informações sobre como denunciar supostas Práticas Proibidas, as normas aplicáveis ao processo de investigação e sanção e o acordo que rege o reconhecimento recíproco de sanções entre instituições financeiras internacionais.

CONTRATO Nº 4778/2023-SEFA

PROTOCOLO nº 20.700.096-5

com outras instituições financeiras internacionais (IFI) visando ao reconhecimento recíproco às sanções aplicadas pelos respectivos órgãos de sanção.

(a) Para fins de cumprimento dessa política, o Banco define os termos indicados a seguir:

(i) uma prática corrupta consiste em oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor para influenciar as ações de outra parte;

(ii) uma prática fraudulenta é qualquer ato ou omissão, incluindo uma declaração falsa que engane ou tente enganar uma parte para obter benefício financeiro ou de outra natureza ou para evitar uma obrigação;

(iii) uma prática coercitiva consiste em prejudicar ou causar dano, ou na ameaça de prejudicar ou de causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte ou propriedade da parte para influenciar indevidamente as ações de uma parte;

(iv) uma prática colusiva é um acordo entre duas ou mais partes efetuado com o intuito de alcançar um propósito impróprio, incluindo influenciar impropriamente as ações de outra parte; e

(v) uma prática obstrutiva consiste em:

(aa) destruir, falsificar, alterar ou ocultar deliberadamente uma evidência significativa para a investigação ou prestar declarações falsas aos investigadores com o fim de obstruir materialmente uma investigação do Grupo do Banco sobre denúncias de uma prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte para impedir a divulgação de seu conhecimento de assuntos que são importantes para a investigação ou a continuação da investigação,

(bb) ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte para impedir a divulgação de seu conhecimento de assuntos que são importantes para a investigação do Grupo BID ou a continuação da investigação; ou

(cc) todo ato que vise a impedir materialmente o exercício de inspeção do Grupo BID e dos direitos de auditoria previstos no parágrafo 15.1 (f) a seguir; e

(vi) A “apropriação indevida” consiste no uso de fundos ou recursos do Grupo BID para um propósito indevido ou para um propósito não autorizado, cometido de forma intencional ou por negligência grave.

(b) Se, em conformidade com os procedimentos de sanções do Banco, for determinado que em qualquer estágio da aquisição ou da execução de um contrato qualquer empresa, entidade ou pessoa física atuando como licitante ou participando de uma atividade financiada pelo Banco, incluindo, entre outros, solicitantes, licitantes, fornecedores, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços, concessionárias, Mutuários (incluindo os Beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e agentes, quer sejam suas atribuições expressas ou implícitas), estiver envolvida em uma Prática Proibida em qualquer etapa da adjudicação ou execução de um contrato, o Banco poderá:

(i) não financiar nenhuma proposta de adjudicação de um contrato para obras, bens e serviços relacionados financiados pelo Banco;

(ii) suspender os desembolsos da operação se for determinado, em qualquer etapa, que um empregado, agente ou representante do Mutuário, do Órgão Executor ou da Agência Contratante estiver envolvido em uma Prática Proibida;

CONTRATO Nº 4778/2023-SEFA

PROTOCOLO nº 20.700.096-5

(iii) declarar uma aquisição viciada e cancelar e/ou declarar vencido antecipadamente o pagamento de parte de um empréstimo ou doação relacionada inequivocamente com um contrato, se houver evidências de que o representante do Mutuário ou Beneficiário de uma doação não tomou as medidas corretivas adequadas (incluindo, entre outras medidas, a notificação adequada ao Banco após tomar conhecimento da Prática Proibida) dentro de um período que o Banco considere razoável;

(iv) emitir advertência à empresa, entidade ou pessoa física com uma carta formal censurando sua conduta;

(v) declarar que uma empresa, entidade ou pessoa física é inelegível, permanentemente ou por um período determinado, para: (i) adjudicação de contratos ou participação em atividades financiadas pelo Banco; e (ii) designação² como subconsultor, subempreiteiro ou fornecedor de bens ou serviços por outra empresa elegível a qual tenha sido adjudicado um contrato para executar atividades financiadas pelo Banco;

(vi) encaminhar o assunto às autoridades competentes encarregadas de fazer cumprir a lei; e/ou;

(vii) impor outras sanções que julgar apropriadas às circunstâncias do caso, inclusive multas que representem para o Banco um reembolso dos custos referentes às investigações e ao processo. Essas sanções podem ser impostas adicionalmente ou em substituição às sanções acima referidas.

(c) O disposto nos parágrafos 15.1 (b) (i) e (ii) se aplicará também nos casos em que as partes tenham sido temporariamente declaradas inelegíveis para a adjudicação de novos contratos, na pendência da adoção de uma decisão definitiva em um processo de sanção ou qualquer outra resolução.

(d) A imposição de qualquer medida que seja tomada pelo Banco conforme as disposições anteriormente referidas será de caráter público.

(e) Além disso, qualquer empresa, entidade ou pessoa física atuando como licitante ou participando de uma atividade financiada pelo Banco, incluindo, entre outros, solicitantes, licitantes, fornecedores de bens, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços, concessionárias, Mutuários (incluindo os Beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer suas atribuições sejam expressas ou implícitas), poderá ser sujeita a sanções, em conformidade com o disposto nos acordos que o Banco tenha celebrado com outra instituição financeira internacional com respeito ao reconhecimento recíproco de decisões de inelegibilidade. Para fins do disposto neste parágrafo, o termo “sanção” refere-se a toda inelegibilidade permanente, imposição de condições para a participação em futuros contratos ou adoção pública de medidas em resposta a uma contravenção às regras vigentes de uma IFI aplicável à resolução de denúncias de Práticas Proibidas;

(f) O Banco exige que os solicitantes, concorrentes, fornecedores e seus agentes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, prestadores de serviços e concessionárias permitam que o Banco revise quaisquer contas, registros e outros documentos relativos à apresentação de propostas e a execução do contrato e os submeta a uma auditoria por auditores designados pelo Banco. Solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens e seus agentes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias deverão prestar plena assistência ao Banco em sua investigação.

2. Um subconsultor, subcontratado, fornecedor ou executor de serviços designado (utilizam-se diferentes nomes dependendo do documento de licitação) é aquele que cumpre uma das seguintes condições: (i) foi incluído pelo concorrente na sua proposta ou solicitação de pré-qualificação devido ao mesmo possuir experiência e conhecimentos específicos e essenciais que permitam no cumprir com os requisitos de qualificação da referida licitação; ou (ii) foi designado pelo Mutuário.

CONTRATO Nº 4778/2023-SEFA

PROTOCOLO nº 20.700.096-5

O Banco requer ainda que todos os solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens e seus agentes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias: (i) mantenham todos os documentos e registros referentes às atividades financiadas pelo Banco por um período de sete (7) anos após a conclusão do trabalho contemplado no respectivo contrato; e (ii) forneçam qualquer documento necessário à investigação de denúncias de Práticas Proibidas e assegurem-se de que os empregados ou representantes dos solicitantes, concorrentes, fornecedores de bens e seus representantes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias que tenham conhecimento das atividades financiadas pelo Banco estejam disponíveis para responder às consultas relacionadas com a investigação provenientes de pessoal do Banco ou de qualquer investigador, agente, auditor ou consultor devidamente designado. Caso o solicitante, concorrente, fornecedor e seu agente, empreiteiro, consultor, pessoal, subempreiteiro, subconsultor, prestador de serviços ou concessionária se negue a cooperar ou descumpra o exigido pelo Banco, ou de qualquer outra forma crie obstáculos à investigação por parte do Banco, o Banco, a seu critério, poderá tomar medidas apropriadas contra o solicitante, concorrente, fornecedor e seu agente, empreiteiro, consultor, pessoal, subempreiteiro, subconsultor, prestador de serviços ou concessionária.

(g) Se um Mutuário fizer aquisições de bens, obras, serviços que forem ou não de consultoria diretamente de uma agência especializada, todas as disposições da Seção 8 relativas às sanções e Práticas Proibidas serão aplicadas integralmente aos solicitantes, concorrentes, fornecedores e seus representantes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionárias (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer suas atribuições sejam expressas ou implícitas), ou qualquer outra entidade que tenha firmado contratos com essa agência especializada para fornecer tais bens, obras, serviços que forem ou não de consultoria, em conformidade com as atividades financiadas pelo Banco. O Banco se reserva o direito de obrigar o Mutuário a lançar mão de recursos tais como a suspensão ou a rescisão. As agências especializadas deverão consultar a lista de empresas ou pessoas físicas declaradas temporária ou permanentemente inelegíveis pelo Banco. Caso alguma agência especializada celebre um contrato ou uma ordem de compra com uma empresa ou uma pessoa física declarada temporária ou permanentemente inelegível pelo Banco, o Banco não financiará os gastos correlatos e poderá tomar as demais medidas que considere convenientes.

14.2. Os Concorrentes ao apresentar uma proposta declaram e garantem que:

- (i) leram e entenderam a proibição sobre atos de fraude e corrupção disposta pelo Banco e se obrigam a observar as normas pertinentes;
- (ii) não incorreram em nenhuma Prática Proibida descrita neste documento;
- (iii) não adulteraram nem ocultaram nenhum fato substancial durante os processos de seleção, negociação e execução do contrato;
- (iv) nem eles nem os seus agentes, pessoal, subempreiteiros, subconsultores ou quaisquer de seus diretores, funcionários ou acionistas principais foram declarados inelegíveis pelo Banco ou outra Instituição Financeira Internacional (IFI) e sujeito às disposições dos acordos celebrados pelo Banco relativos ao reconhecimento mútuo de sanções à adjudicação de contratos financiados pelo Banco, nem foram declarados culpados de delitos vinculados a práticas proibidas;

CONTRATO Nº 4778/2023-SEFA

PROTOCOLO nº 20.700.096-5

(v) nenhum de seus diretores, funcionários ou acionistas principais tenha sido diretor, funcionário ou acionista principal de qualquer outra empresa ou entidade que tenha sido declarada inelegível pelo Banco ou outra Instituição Financeira Internacional (IFI) e sujeito às disposições dos acordos celebrados pelo Banco relativos ao reconhecimento mútuo de sanções à adjudicação de contratos financiados pelo Banco ou tenha sido declarado culpado de um delito envolvendo Práticas Proibidas;

(vi) declararam todas as comissões, honorários de representantes ou pagamentos para participar de atividades financiadas pelo Banco; e

(vii) reconhecem que o descumprimento de qualquer destas garantias constitui fundamento para a imposição pelo Banco de uma ou mais medidas descritas na Cláusula 15.1 (b).

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS PAÍSES ELEGÍVEIS

15.1. Países Membros quando o financiamento provém do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

a) Países Mutuários:

(i) Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.

b) Países não Mutuários:

(i) Alemanha, Áustria, Bélgica, Canadá, República Popular da China, República da Coreia, Croácia, Dinamarca, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Israel, Itália, Japão, Noruega, Países Baixos, Portugal, Reino Unido, Suécia e Suíça.

c) Territórios elegíveis:

(i) Guadalupe, Guiana Francesa, Martinica, Reunião - como Estado da França

(ii) Ilhas Virgens dos EUA, Porto Rico, Guam - como Território dos EUA

(iii) Aruba - como um país integrante do Reino dos Países Baixos, assim como, Bonaire, Curaçao, Santa Marta, Saba, Santo Eustáquio - como Estados do Reino dos Países Baixos

(iv) Hong Kong - Região Administrativa Especial da República Popular da China.

15.2. Critérios para determinar a nacionalidade e origem dos bens e serviços

Estas disposições de políticas tornam necessário estabelecer critérios para determinar: a) a nacionalidade das firmas e indivíduos elegíveis para participar em contratos financiados pelo Banco; e b) o país de origem dos bens e serviços. Nessas determinações, serão utilizados os seguintes critérios:

15.2.1. Nacionalidade:

a) Um indivíduo é considerado nacional de um país membro do Banco se satisfaz um dos seguintes requisitos:

(i) é cidadão de um país membro; ou

(ii) estabeleceu seu domicílio em um país membro como residente de boa fé e está legalmente autorizado para trabalhar nesse país.

CONTRATO Nº 4778/2023-SEFA

PROTOCOLO nº 20.700.096-5

b) Uma firma é considerada nacional de um país membro se satisfaz os dois seguintes requisitos:

- (i) está legalmente constituída ou estabelecida conforme as leis de um país membro do Banco; e
- (ii) mais de cinquenta por cento (50%) do capital da firma é de propriedade de indivíduos ou firmas de países membros do Banco.

Todos os membros de um consórcio e todos os subempreiteiros devem cumprir os requisitos acima estabelecidos.

15.2.2. Origem dos Bens:

Os bens têm origem em um país membro do Banco se foram extraídos, desenvolvidos, cultivados, colhidos ou produzidos em um país membro do Banco. Considera-se que um bem é produzido quando, mediante manufatura, processamento ou montagem, o resultado é um artigo comercialmente reconhecido cujas características, funções ou utilidades básicas são substancialmente diferentes de suas partes ou componentes.

No caso de um bem que consiste de vários componentes individuais que devem ser interconectados (pelo fornecedor, comprador ou um terceiro) para que o bem possa ser utilizado, e sem importar a complexidade da interconexão, o Banco considera que este bem é elegível para financiamento se a montagem dos componentes for feita em um país membro, independente da origem dos componentes. Quando o bem é uma combinação de vários bens individuais que normalmente são empacotados e vendidos comercialmente como uma só unidade, o bem é considerado proveniente do país onde este foi empacotado e embarcado com destino ao comprador.

Para fins de determinação da origem dos bens identificados como “feito na União Europeia”, estes serão elegíveis sem necessidade de identificar o correspondente país específico da União Europeia.

A origem dos materiais, partes ou componentes dos bens ou a nacionalidade da empresa produtora, montadora, distribuidora ou vendedora dos bens não determina a origem dos mesmos.

15.2.3. Origem dos Serviços:

O país de origem dos serviços é o mesmo do indivíduo ou empresa que presta os serviços conforme os critérios de nacionalidade acima estabelecidos. Este critério é aplicado aos serviços conexos ao fornecimento de bens (tais como transporte, seguro, instalação, montagem, etc.), aos serviços de construção e aos serviços de consultoria.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

16.1. A garantia deverá ser prestada no prazo de até 10 (dez) dias após assinatura deste instrumento, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

16.2. A inobservância do prazo do item 16.1 acarretará a aplicação de multa de 0,07% (zero vírgula zero sete por cento) do valor do contrato por dia de atraso até o máximo de 2% (dois por cento).

16.3. O atraso superior a 30 (trinta) dias na apresentação da garantia configura inadimplência total e implica a imediata rescisão do contrato.

CONTRATO Nº 4778/2023-SEFA

PROTOCOLO nº 20.700.096-5

16.4. A garantia deverá vigorar até 90 (noventa) dias após o encerramento da vigência do contrato e deverá ser readequada no prazo máximo de 10 (dez) dias sempre que houver revisão de preços, acréscimo ou prorrogação contratual, de forma a preservar a proporcionalidade estabelecida no subitem 16.1.

16.5. A garantia poderá ser oferecida em qualquer das modalidades previstas no § 1º do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.6. A fiança bancária só será admitida com expressa renúncia do benefício de ordem de que trata o art. 827 do Código Civil.

16.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, dentre outros, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento total ou parcial do objeto do contrato, inclusive da mora;
- b) prejuízos diretos e indiretos causados à Administração, decorrentes de culpa ou de dolo, durante a execução do contrato;
- c) as multas moratórias e punitivas aplicadas pelo Contratante à Contratada.

16.8. A garantia será devolvida ao final do prazo estipulado no subitem 16.4, após a verificação, pelo Contratante, de que o Contrato tenha sido integralmente cumprido.

16.9. A instauração de processo administrativo em desfavor da Contratada, para apurar falta na execução do Contrato, impede a devolução da garantia até a decisão final.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS VEDAÇÕES

17.1. É vedado à Contratada caucionar ou utilizar o presente Contrato como garantia para qualquer operação financeira.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. A não utilização, pelas partes, de qualquer dos direitos assegurados neste Contrato, ou na lei em geral, não implica em novação, não devendo ser interpretada como desistência de ações futuras. Todos os meios postos à disposição neste Contrato são cumulativos e não alternativos, inclusive com relação a dispositivos legais.

18.2. Integram, como parte deste Contrato, independente de transcrição, todas as disposições do Termo de Referência, bem como àquelas constantes da Proposta apresentada pela Contratada.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

19.1. Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo às disposições contidas no Contrato de Empréstimo nº 4951/OC-BR, celebrado em 30 de setembro de 2020, entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Estado do Paraná, para financiamento do Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Paraná – PROFISCO II PR, nas Políticas para a seleção e contratação de consultores financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – GN-2350-15, na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual 10.086/2022.

CONTRATO Nº 4778/2023-SEFA

PROTOCOLO nº 20.700.096-5

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO

20.1. Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Estado do Paraná, no prazo previsto no Decreto Estadual 10.086/2022.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

21.1. Fica eleito o foro da Circunscrição Judiciária de Curitiba/PR para dirimir às dúvidas oriundas do presente Contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em *via digital*, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e testemunhas.

Curitiba – PR, *(em data da última assinatura digital)*.

(Assinado Digitalmente)

MARCIA CRISTINA REBONATO DO VALLE
Diretor-Geral
Secretaria de Estado da Fazenda

MARCO ANTÔNIO IUNES DE OLIVEIRA
Sócio Administrador
IUNEX SOLUÇÕES LTDA

Testemunhas:

Nome:

RG:

CPF:

Nome:

RG:

CPF:

Documento: **CONTRATO_4778_2023_SEFA_PROFISCO_II_IUNEX_SOLUCOES_ASSINADO.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Cristiano Reis Valdeira** em 21/09/2023 12:26, **Marcia Cristina Rebonato do Valle** em 25/09/2023 13:44.

Assinatura Qualificada Externa realizada por: **Marco Antonio Iunes de Oliveira** em 21/09/2023 09:28.

Inserido ao protocolo **20.700.096-5** por: **Gustavo Malafaia do Carmo** em: 21/09/2023 12:04.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
264ee6accf7ad33e1afac7bc3842a23f.